



A repercussão da reforma do ensino médio na concepção de professores de química

Caroline Andresa do Carmo de Lima Ramos^{1*}, Eliemerson de Souza Sales²

¹Professora do Colégio da Polícia Militar de Pernambuco, Recife, Pernambuco, Brasil, ²Doutorando da Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, Pernambuco, Brasil. *caroline.andresa@gmail.com

Recebido em: 03/08/2021

Aceito em: 25/08/2021

Publicado em: 25/09/2021

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar a repercussão da Nova Reforma do Ensino Médio na concepção de professores de Química. Por intermédio de uma abordagem qualitativa, campo de pesquisa contemplou quatro instituições de Ensino Médio, sendo três da rede federal e uma escola privada. Os participantes foram selecionados a partir dos critérios estabelecidos nos estudos de Marconi e Lakatos e Vergara. Utilizamos para a construção do corpus empírico da pesquisa entrevista semiestruturada. Para fins de análise, foi utilizada a ferramenta de Análise de Conteúdo proposta por Bardin, sendo aplicados procedimentos sistemáticos na descrição do conteúdo das mensagens transcritas das entrevistas. A partir das análises provenientes das falas dos professores, pode-se observar que eles apresentaram vários pontos em comum em relação ao que já se vem debatendo, de forma crítica, pela comunidade formada por professores, especialistas e entidades de ensino, no que se refere ao texto da Reforma.

Palavras-chave: Ensino médio. Nova reforma do ensino médio. Concepções de professores de química.

The impact of the high school reform on the conception of chemistry teachers

ABSTRACT

This work aims to analyze the impact of the New High School Reform on the conception of Chemistry teachers. Through a qualitative approach, the research field included four high school institutions, three from the federal network and one private school. Participants were selected based on the criteria established in the studies of Marconi and Lakatos (2003) and Vergara (2003). We used semi-structured interviews to build the empirical corpus for the research. For analysis purposes, we used the content analysis tool proposed by Bardin (1988), and systematic procedures were applied to describe the content of the messages transcribed from the interviews. From the analysis of the teachers' speeches, we can be observed that they had several points in common in relation to what is already being debated, in a critical way, by the community formed by teachers, experts, and teaching entities, regarding the text of the Reformation.

Keywords: High school. New high school reform. Conceptions of chemistry teachers.

INTRODUÇÃO

Há muito se discute o formato do Ensino Médio no Brasil, com seus altos índices de evasão escolar e resultados muito distantes do ideal nas avaliações

internacionais. A divulgação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) mostrou que essa etapa de ensino está em níveis muito baixos de qualidade. Diante dos resultados, o Ministério da Educação (MEC) optou por implementar a Lei nº 13.415/2017, estabelecendo mudanças para o mesmo ano de sua publicação, com uma proposta mais flexível e que permite um protagonismo efetivo por parte do jovem, ao oferecer a ele itinerários formativos, facilitando o acesso à educação superior ou ao técnico profissional.

Entretanto, a mencionada reforma tem dividido opiniões; de um lado, estão os que admitem que essa reforma é indispensável e que irá solucionar as dificuldades enfrentadas pelo Ensino Médio; do outro, estão os que são contrários a essa reforma. Essa temática é muito polêmica e tem levado representantes de instituições educacionais, pesquisadores em educação, docentes, estudantes, governo e sociedade civil a travarem discussões acirradas em torno dela.

A princípio, torna-se importante destacar que, por se tratar de um movimento recente de reforma, a produção de conhecimento sobre essa arena de discussão ainda é incipiente. Sendo assim, para fundamentar este estudo, utilizou-se, inicialmente, o próprio texto da proposta da Reforma, discorrendo sobre as suas alterações e instauração. Em seguida, considerou-se pertinente apresentar o posicionamento das entidades educacionais, por intermédio de cartas abertas construídas por pesquisadores/educadores, acerca da Reforma do Ensino Médio.

A nova reformulação, atualmente conhecida como “O Novo Ensino Médio”, foi estabelecida pela Lei nº 13.415 de 16 de fevereiro de 2017, sancionada pelo então Presidente da República Michel Temer, e promove diversas alterações, a saber: altera a Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação; altera a Lei nº 11.494 de 20 de junho de 2017, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb); revoga a Lei nº 11.161 de 05 de agosto de 2005, que dispõe sobre o ensino de língua espanhola e institui a Política de Fomento à Implantação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral.

De acordo com o Ministério da Educação, representado na época pelo ministro Mendonça Filho, os resultados do Brasil em relação ao desempenho dos jovens brasileiros no Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA–*Programme for International Student Assessment*), da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), foram bem abaixo da média da OCDE. O

ministro afirmou que a prova do PISA reforça a necessidade de mudança. Segundo Mendonça Filho: “o novo desenho do ensino médio irá dialogar com as mudanças que estamos propondo e que, de certo modo, casam com o diagnóstico que está sendo feito”.

O ministro afirmou ainda que “boa parte da pesquisa feita pelo PISA parte do ensino médio (quase 80%), significa que um número considerável de jovens foi avaliado e que, claramente, o desempenho do ensino médio em matemática, ciências e leitura foram [sic] muito baixos.” Além disso, questões como o alto índice de evasão, falta de identificação da juventude com a atual estrutura do Ensino Médio e necessidade de flexibilização do currículo foram apontadas como disparadoras da reforma (BRASIL, 2015).

O projeto inicial foi apresentado como uma medida provisória ao Congresso Nacional – MP nº 746, em 22 de setembro de 2016, mas desde que a proposta foi apresentada pelo presidente Michel Temer e pelo ministro da Educação Mendonça Filho, críticas passaram a ser feitas, surgindo muitas dúvidas sobre o que, de fato, ficou definido com o novo texto, principalmente no que se refere a alguns pontos, dentre eles: a flexibilização curricular, o aumento da carga horária anual e os profissionais com notório saber.

O Ministério da Educação, em suas publicações, seja em site oficial ou em propagandas televisivas, enfatiza que a reforma foi aprovada por 72% dos brasileiros (MEC, 2018), porém esse dado apresenta controvérsias quando comparado aos posicionamentos e opiniões de educadores, professores, entidades e organizações de ensino.

Segundo a Carta Aberta da Associação Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências (ABRAPEC), a nova reformulação “[...] Afronta o curso democrático das decisões educacionais, haja vista que expressa autoritarismo e desrespeito à população brasileira, silenciando a voz de toda a comunidade educacional deste país.” Além de deixar de lado toda a luta pela profissionalização do professor, com a abertura para a atuação docente daqueles profissionais que não tenham cursado a licenciatura (ABRAPEC, 2016).

Na perspectiva da Divisão de Ensino da Sociedade Brasileira de Química (SBQ), em Carta Pública, a reforma não trata da infraestrutura da escola de nível básico, como também desvaloriza o papel do profissional de licenciatura com a contratação de professores com notório saber (SBQ, 2016).

[...] uma reforma desse vulto precisa ser amplamente discutida entre todas as esferas da sociedade que incluem professores, pesquisadores, entidades profissionais, sociedades científicas dentre outras. Nesse sentido, essa reforma não pode e nem deve ser realizada por meio de uma Medida Provisória (SBQ, 2016).

Outro ponto que tem manifestado preocupação pelas entidades de pesquisa é a questão da flexibilização do currículo, conforme menciona a Sociedade Brasileira de Física (SBF): “A proposta não estabelece a obrigatoriedade de oferta dos componentes curriculares em todas as escolas ou sequer de todas as áreas de conhecimento. A flexibilização pretendida não pode privar os estudantes do acesso ao conhecimento” (SBF, 2016).

O aumento da carga horária é, certamente, outro ponto debatido e que é desejável, principalmente quando potencializado com a oferta da diversidade de itinerários formativos específicos. No entanto, o que os educadores criticam é o quanto a sua implementação prática é delicada, tendo em vista que, se não for adequadamente coordenada, pode agravar as assimetrias entre as escolas mais bem equipadas, especificamente as escolas privadas, e as demais, como foi exposto pela Sociedade Brasileira de Matemática (SBM).

De acordo com a Associação de Linguística Aplicada do Brasil (ALAB), a reforma proposta vem levantando diversos questionamentos, tanto de ordem prática quanto de natureza subjetiva, e os principais questionamentos levantados são os seguintes: organização do currículo por “itinerários formativos específicos”, possibilidade de outros profissionais ou pessoas com “notório saber” assumirem os itinerários formativos e o Ensino Médio, em período integral. O que mais uma vez corrobora a questão de que esses assuntos deveriam ser pauta de debates e diálogos com os setores da sociedade afetados (ALAB, 2016).

Percebe-se, portanto que as publicações por meio de notas públicas da comunidade acadêmica, representada pelas organizações e entidades de ensino, apresentam, na sua totalidade, discordâncias em relação ao que o Ministério da Educação expõe em suas divulgações em propagandas televisivas.

Sendo assim, o objetivo deste trabalho consiste em analisar a repercussão da Nova Reforma do Ensino Médio na concepção de professores de Química, por meio de uma pesquisa qualitativa, em que o levantamento das informações foi feito por meio de entrevistas semiestruturadas com quatro professores de Química atuantes no Ensino

Médio, em quatro escolas distintas (três de redes públicas federais e um de escola privada).

MATERIAL E MÉTODOS

Esta pesquisa foi desenvolvida no âmbito de quatro escolas, sendo três delas da rede federal de ensino e uma escola privada, localizadas no estado de Pernambuco. A escolha do campo de pesquisa ocorreu principalmente de acordo com a disponibilidade do professor, estabelecendo-se, no entanto, que a instituição teria que ofertar o Ensino Médio, visto que a pesquisa se direciona a professores que atuam nesse segmento.

Em relação à escolha dos entrevistados, eles foram previamente selecionados de acordo com os critérios estabelecidos por Marconi e Lakatos (2003) e Vergara (1998), primeiramente levando em consideração a acessibilidade, ou seja, a seleção de elementos pela facilidade de acesso aos professores; e segundo, utilizando o critério da tipicidade, selecionando elementos representativos, ou seja, professores que representassem a comunidade docente para o ensino de Química. A partir desses dois critérios, foram entrevistados quatro professores que lecionam Química no Ensino Médio.

Nesse contexto, também é importante destacar que a discussão realizada foi acerca das fases na carreira, como aponta Bolívar nos estudos da concepção teórica de Huberman (2002, p. 54), em que o período entre quatro e seis anos compreenderia a estabilização, marcado pela “consolidação de um repertório de habilidades práticas de base, que trazem segurança no trabalho e identidade profissional”. Nesse sentido, os professores entrevistados teriam que possuir as habilidades práticas docentes de base, conforme supracitado. A seguir, observa-se no Quadro 1 a caracterização dos participantes da pesquisa.

Quadro 1 – Caracterização dos participantes da pesquisa.

Docente	Séries em que atua no Ensino Médio	Tempo de docência	Cidade em que leciona
P1	3º ano	21 anos	Recife
P2	Ensino Médio Integrado	10 anos	Vitória de Santo Antão
P3	Ensino Médio Integrado	8 anos	Pesqueira
P4	1º e 2º anos	6 anos	Recife

Fonte: elaboração própria (2020).

O planejamento da entrevista foi uma das etapas de suma importância, pois tivemos que considerar vários aspectos para que o objetivo central fosse alcançado e que não se tornasse apenas uma conversa informal. Sendo assim, recorremos às contribuições de Gil (2002), dividindo o planejamento da entrevista em duas etapas, a saber: a primeira foi a determinação dos assuntos abordados e a segunda tratou dos cuidados na elaboração do roteiro da entrevista. Todas as perguntas utilizadas na entrevista semiestruturada foram realizadas com o objetivo de compreender a concepção de professores de Química, atuantes no Ensino Médio, sobre a nova lei que trata segmento escolar supramencionado (Quadro 2).

Quadro 2 – Roteiro utilizado na entrevista semiestruturada realizada com quatro professores de Química que lecionam no Ensino Médio.

PERGUNTAS

- 1º) Você já leu o texto referente à Lei nº 13.415 de 16 de fevereiro de 2017, que trata da Nova Reforma do Ensino Médio?

- 2º) A reforma prevê a flexibilização do Ensino Médio com o objetivo de torná-lo mais atraente para os estudantes. Cerca de 1.800 horas serão destinadas ao conteúdo obrigatório definido pela BNCC; no restante da formação, os alunos poderão seguir cinco trajetórias: Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza, Ciências Humanas e formação técnica e profissional. Baseado na sua experiência como professor, com a flexibilização curricular, na qual aluno poderá escolher seu caminho, isso poderá implicar no conhecimento considerado mínimo que um estudante deve adquirir na disciplina de Química, ao longo do Ensino Médio?

- 3º) A nova lei estabelece que não haverá exigência de formação em licenciatura para a prática docente, ou seja, as instituições de ensino médio poderão contratar os chamados *profissionais com o notório saber*, para ministrar conteúdos no itinerário formativo referente ao ensino técnico e profissional. Na sua concepção, haveria alguma implicação no processo de ensino e aprendizagem?

- 4º) O ensino técnico e profissional tem se destacado quando se refere ao Novo Ensino Médio, ou seja, os estudantes poderão optar pelo ensino profissional como um de seus itinerários formativos. Na sua concepção, e no que se refere ao ensino de Química, considerando o baixo interesse pela disciplina, haveria alguma implicação no interesse pela área, diante dessa nova possibilidade de escolha por parte dos estudantes?

- 5º) Na sua concepção, quais são os desafios diante dessa Reforma do Ensino Médio?

Fonte: elaboração própria (2020).

As entrevistas semiestruturadas foram analisadas com base nos pressupostos da Análise de Conteúdo de Bardin (1988), que, de uma maneira geral, pode se apresentar em três etapas:

Pré-análise: fase de organização que ocorre por intermédio do levantamento de definições de objetivos. É nessa fase que se escolhe o material que vai ser objeto de análise;

- 1) Exploração do material: é nesse momento que ocorre a transformação dos dados;
- 2) Tratamento dos resultados: divide-se em interferências específicas, que se resumem aos casos estudados; e inferências gerais, que correspondem às generalizações.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com base nos resultados obtidos e apresentados no Quadro 3, a partir das falas dos professores entrevistados, é possível perceber que os docentes não tiveram acesso integral ao texto da Lei nº 13.415 de 16 de fevereiro de 2017, acerca da reforma do Ensino Médio. Nesse contexto, a maioria dos profissionais alegaram que não leram a lei, entretanto já participaram de discussões sobre o tema, como também já observaram os textos e propagandas publicados pelo Ministério da Educação (Quadro 3).

Quadro 3 – Descrição de trechos das entrevistas relacionados ao conhecimento da Lei nº 13.415 de 16 de fevereiro de 2017.

1ª) Você já leu o texto referente à Lei nº 13.415 de 16 de fevereiro de 2017, que trata da Nova Reforma do Ensino Médio?

P1 “Eu ainda estou me inteirando sobre o tema. Já participei de algumas discussões, mas nada aprofundado. Ainda não li os documentos oficiais”.

P2 “Infelizmente, não, isto é algo pendente, mas pretendo ler o texto, pois faço parte da comissão de reformulação da disciplina de Química”.

P3 “Não, até o presente eu não li o texto dessa lei, no entanto há bastante divulgação em propagandas e discussões nas instituições de ensino, como na sala dos professores.”

P4 “O texto em si ainda não li, mas tenho tido acesso a textos de entrevistas em sites e lido o site oficial do MEC que trata da reforma”.

Fonte: elaboração própria (2020).

Abaixo, no Quadro 4, estão relacionados os elementos das entrevistas, divididos por categorias e subcategorias, obtidos a partir dos pressupostos da Análise de Conteúdo de Bardin (1988), que deram subsídios para as discussões acerca das concepções dos professores de Química em relação à Nova Reforma do Ensino Médio.

Quadro 4 – Elementos da entrevista, divididos por categorias e subcategorias, contextualizada por fragmentos.

Categoria	Subcategoria	Unidade do Contexto
1. A implicação da flexibilização curricular diante do conhecimento considerado mínimo na disciplina de Química.	1.1 Planejamento dos conteúdos abordados pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC).	“Acho que é possível se conteúdos na BNCC sejam bem focados no que realmente é importante na formação cidadã do estudante, com base em conceitos químicos.” (P1). “Como será abordado? Como será definido esse conteúdo? Quais os pesquisadores na área de Química responsáveis para determinar quais assuntos necessários para a formação mínima do estudante? Houve a falta de diálogo com o professor.” (P3). “Não sei se estaremos preparados para ministrar os conteúdos da BNCC.” (P4).
	1.2 Maturidade, por parte do aluno, na escolha da área de estudo.	“Um aluno de 14 anos escolher a área e perceber que não é aquilo que ele esperava.” (P2). “É importante ter na escola a utilização de testes vocacionais.” (P3).
	1.3 Redução do tempo de horas-aula anuais para as disciplinas do ciclo básico.	“Já temos pouco tempo para ministrar os conteúdos, imagine agora com a redução da carga horária para os conteúdos da parte obrigatória.” (P4).
2. A consequência no processo de ensino e aprendizagem com a contratação dos profissionais com o notório saber.	2.1 Formação em diversas áreas.	“Saber um conteúdo não significa que o profissional tem condições de desenvolver habilidades em um indivíduo em formação.” (P1).
	2.2 Formação complementar.	“Com a formação complementar, não impede um profissional ter a habilidade.” (P2).
3. O baixo interesse pela disciplina de Química diante da nova opção de escolha do ensino técnico e profissional.	3.1 Conteúdos abordados.	“O interesse pela Química está atrelado à forma como os conteúdos são trabalhados.” (P1).
	3.2 Oferta do ensino técnico e profissional.	“O interesse, não só da Química, como todo itinerário de Ciências da Natureza como um todo, pode diminuir por causa da oferta dos cursos profissionalizantes.” (P4).

Fonte: elaboração própria (2020).

Em relação ao descrito no Quadro 4, na subcategoria 1.1, o entrevistado P1 enfatiza a necessidade de uma BNCC focada na “formação cidadã do estudante”, ou seja, para que ela funcione no âmbito da disciplina de Química, é necessário que traga ações que promovam e estimulem as habilidades cognitivas, assim como uma aprendizagem significativa e ativa na construção do conhecimento do aluno.

Ainda na subcategoria 1.1, no diálogo do entrevistado P3 é percebido que ele desconhece sobre a construção da BNCC do Ensino Médio, o texto que define os conhecimentos e habilidades essenciais que todos os alunos têm o direito de aprender. Porém, mesmo especialistas da área apresentam muitas dúvidas. Para Cesar

Callegari, Presidente da Comissão de Elaboração da BNCC do Conselho Nacional de Educação, a proposta que foi trazida pelo MEC possui problemas de estruturação. Segundo ele: “Faltam a ela qualidade, seriedade e completude” e, além disso, “o documento não traz orientação para que um professor de determinada disciplina como Geografia seja capaz de falar sobre outra, como Filosofia” (LISBOA, 2018, p. 1).

Na subcategoria 1.2, os professores apontam a necessidade de uma orientação prévia aos alunos quanto à escolha dos itinerários formativos, pois a antecipação da escolha por uma área de conhecimento pode requerer uma maturidade do aluno e conhecimento antecipado sobre o ramo a ser seguido. Antes da Nova Reforma, a definição era tomada no último ano do Ensino Médio e, mesmo assim, era encarada com dificuldade entre os jovens.

No que se refere à subcategoria 1.3, observamos que o professor P4 menciona a redução do tempo para as disciplinas não obrigatórias, corroborando o que diz o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições do Ensino Superior, que repudiou a reforma, inteirando que suas alterações apontam para uma formação educacional cada vez mais aligeirada e heterônoma (ANDES, 2016). E concordando ainda com a crítica da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED) sobre a não obrigatoriedade das disciplinas: “[...]a perda do caráter obrigatório das disciplinas no currículo representa o esvaziamento para uma educação de qualidade [...]” (ANPED, 2016).

No que se refere à consequência, no processo de ensino e aprendizagem, com a contratação dos profissionais com o notório saber (nas subcategorias 2.1 e 2.2 relacionadas à formação docente), o professor P1 afirma: “Saber um conteúdo não significa que o profissional tem condições de desenvolver habilidades em um indivíduo em formação”, ressaltando a importância da necessidade da formação na docência, confirmando o que diz Meirieu (2006, p. 68):

[...]a profissão professor tem suas especificidades e que uma sala de aula não é um grupo de pessoas escolhidas em razão de suas afinidades. Não é, tampouco, um conjunto de pessoas que compartilham convicções ideológicas ou religiosas [...]. É um espaço e um tempo estruturados por um projeto específico que alia ao mesmo tempo e indissociavelmente a transmissão de conhecimentos e a formação dos cidadãos.

O entrevistado P2, em sua afirmação, expressa: “Com a formação complementar não impede um profissional ter a habilidade”; apresentando uma ideia contrária ao P1,

ou seja, em sua opinião, a permanência de profissionais bacharéis, engenheiros e tecnólogos das mais diversas áreas atuando como docentes, nos cursos da educação profissional, é possível, entretanto, enfatiza a necessidade de uma formação complementar.

Ao analisar a categoria 3, percebemos que o entrevistado P1 demonstrou uma preocupação quanto à forma na qual o conteúdo de Química é abordado, pois o professor e a maneira como o conteúdo é repassado têm o papel fundamental na formação do discente, podendo ser fatores determinantes no desempenho escolar do aluno. Outra preocupação foi o oferecimento da educação profissional como um novo itinerário formativo, pois pode diminuir o interesse do estudante não só na área de Química, bem como em todas as áreas de Ciências da Natureza. Nesse sentido, segundo Lima Filho (2017, p. 1):

A reforma do ensino médio, ao instituir o itinerário de formação técnico-profissional suprime o caráter que a LDB trazia do ensino médio como etapa final da educação básica. A precoce formação profissional técnica e a inserção do estudante no mundo de trabalho têm como objetivo diminuir a demanda pela educação superior.

Quando observamos os trechos das entrevistas apresentadas, torna-se fácil notar que os professores possuem concepções bem parecidas com as opiniões expressas por representantes de entidades de ensino, o que pode ser facilmente explicado pelo fato de os professores atuantes no Ensino Médio apresentarem, no geral, dificuldades iguais ou similares no ambiente e no contexto educacional brasileiro. Pois, quando se fala em carências de infraestrutura, deficiências na formação do professor, inadequação dos currículos e baixa atratividade da carreira docente, são assuntos que vêm ao longo dos anos permeando as discussões pedagógicas e políticas no país.

Levando em conta a experiência e a vivência da prática docente, sendo este profissional o principal conhecedor das dificuldades no dia a dia do ambiente escolar, uma pergunta foi realizada, buscando-se entender quais são os principais desafios que poderão existir com a Reforma do Ensino Médio. Sendo assim, de acordo com o Quadro 5, abaixo, percebemos que as dificuldades apontadas pelos professores são diversas, dentre elas: 1) a forma de promoção do conhecimento até o indivíduo; 2) investimentos na estrutura física da escola e em relação à possível escolha por parte dos estudantes; e 3) a oferta, por parte das escolas, dos itinerários formativos.

1ª) Na sua concepção, quais são os desafios diante dessa Reforma do Ensino Médio?

P1	“Os desafios continuarão os mesmos. Mesmo que o indivíduo possa escolher sua trajetória, sem aulas que realmente promovam a construção de um conhecimento que leve o indivíduo à reflexão e à criticidade, a educação está fadada ao mesmo estágio em que se encontra.”
P2	“O principal desafio é a estrutura, ter um bom laboratório, ter um bom equipamento de audiovisual para tentar sobreviver a essa nova reforma.”
P3	“Os desafios serão muitos e um deles é o aluno escolher a área mais ideal, se é que existe a mais ideal para suas carreiras.”
P4	“Para a disciplina Química, na minha opinião, a principal dificuldade está relacionada ao oferecimento dos itinerários com ênfase em Ciências Exatas e da Natureza, se todos os estudantes terão a oportunidade de escolher esse eixo de ensino; por exemplo, um aluno que resida em uma cidade que não ofereça o itinerário desejado.”

Fonte: elaboração própria (2020).

CONCLUSÃO

Diante das observações e discussões expostas nas entrevistas com os professores, pode-se observar o quanto o debate sobre o Ensino Médio é amplo e o quanto está diretamente relacionado aos processos políticos e educacionais. Além disso, notou-se que ciclos dados por reformas têm nos sistemas educacionais um pilar importante para a formação da sociedade quanto ao conhecimento e valores sociais.

Foi possível também compreender algumas das concepções que os professores de Química possuem acerca das implicações causadas pela Nova Reforma do Ensino Médio e, dentre elas, estão a importância de uma boa construção da Base Comum Curricular Nacional vinculada ao tempo considerado necessário para ministrar os conteúdos para que a disciplina de Química não tenha déficits além dos já existentes e a necessidade de investimento financeiro em infraestrutura. Outro ponto levantado é a responsabilidade dada ao estudante no processo de escolha do itinerário a ser estudado ao longo de sua trajetória no Ensino Médio, tendo em vista que, caso este não tenha o suporte adequado, podem ocorrer prejuízos ao estudante enquanto futuro profissional.

Não existe, portanto, uma resposta única para os possíveis desafios que o Ensino Médio irá enfrentar no Brasil com a implementação da Lei nº 13.415/2017. Entretanto, mudanças significativas passam, necessariamente, por melhores formações e condições de trabalho para os professores, além de uma cultura de valorização do conhecimento. Nesse sentido, uma política que busque garantir condições operacionais mínimas em

todas as escolas públicas poderá contribuir de uma forma relevante, melhorando assim a experiência educacional dos estudantes brasileiros.

REFERÊNCIAS

ABRAPEC. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS. Carta aberta da ABRAPEC sobre a Medida Provisória 746/2016 que reforma o Ensino Médio no Brasil. **ABRAPEC**, 29 set. 2016. Disponível em: <http://abrapecnet.org.br/wordpress/pt/2016/09/29/carta-aberta-da-abrapec-sobre-a-medida-provisoria-7462016-que-reforma-o-ensino-medio-no-brasil/>. Acesso em: 03 jul. 2017.

ALAB. Disponível em: <http://www.observatoriodoensinomedio.ufpr.br/wpcontent/uploads/2014/05/NOTA-DE-REP%C3%9ADIO-DA-ALAB-%C3%80-MP-746.pdf>. Acesso em: 03 jul. 2017.

ANDIS. SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR. Nota de repúdio à Contrarreforma do Ensino Médio imposta pela MP 746/16. **ANDES-SN**, 2016. Disponível em: www.andes.org.br/andes/print-ultimas-noticias.andes?id=8379. Acesso em: 27 jun. 2018.

ANPED. ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO. Nota Pública da ANPED sobre a Medida Provisória do Ensino Médio. **ANPED**, 2016. Disponível em: http://www.anped.org.br/sites/default/files/anped_notas_publicas_mp_ensinomedio.pdf. Acesso em: 27 maio 2018.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1988.

HUBERMAN, M. **O ciclo da vida profissional dos professores**. 2. ed. Porto: Porto, 2000.

LIMA FILHO, D. L. É necessário resistir ao empobrecimento do currículo. FIOCRUZ, 06 mar. 2017. Disponível em: <http://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/entrevista/e-necessario-resistir-ao-empobrecimento-do-curriculo>. Acesso em: 25 jun. 2018.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LISBOA, A. P. Com a BNCC e a reforma, ensino médio preparará para o mercado? **Correio Braziliense**. Brasília, 2018. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/estudante/ensino_educacaobasica/2018/04/15/interna-educacaobasica-2019,673881/com-a-bncc-e-a-reforma-ensino-medio-preparara-para-o-mercado.shtml. Acesso em: 27 jun. 2018.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MEIRIEU, P. **Carta a um jovem professor**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. **Apesar de gostar de ciências, estudante vai mal no Pisa**. Brasília: MEC [2015]. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/33571>. Acesso em: 27 maio 2018.

SBF. SOCIEDADE BRASILEIRA DE FÍSICA. Nota pública da SBF sobre a medida provisória do ensino médio (MP 746/2016). **SBF**, 06 out. 2016. Disponível em: http://www.sbfisica.org.br/v1/index.php?option=com_content&view=article&id=807:2016-10-06-17-40-09&catid=152:acontece-na-sbf&Itemid=27. Acesso em: 03 jul. 2017.

SBQ. SOCIEDADE BRASILEIRA DE QUÍMICA. Manifestação pública da SBQ em relação à BNCC e à reforma do Ensino Médio. **SBQ**. Disponível em: <http://www.s bq.org.br/ensino/noticia/nota-publica-da-divisao-de-ensino-da-sbq-sobre-mp-746-reforma-do-ensino-medio>. Acesso em: 03 jul. 2017.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1998.